



Número de candidatas a cargos eletivos será recorde neste ano, mas avanço da representatividade feminina na política caminha a passos lentos no Brasil. Embora sejam 53% do eleitorado, elas somam apenas um terço dos concorrentes

Mulheres nas eleições: espaço ainda limitado

» ISABEL DOURADO*
» MARIANA ALBUQUERQUE*
» VICTOR CORREIA

Evolução tímida

Presença das mulheres na política tem aumentado, mas ainda não reflete a proporção delas no eleitorado

Com 90 anos de voto feminino no Brasil, a participação das mulheres em cargos políticos ainda avança de forma tímida. O país tem progredido no debate em torno dos direitos das mulheres e temas como assédio, violência doméstica, maternidade e carreira têm ganhado espaço no cenário político. No entanto, embora o número de candidaturas femininas nas eleições de 2022 seja um recorde, elas ainda representam apenas um terço dos postulantes, mesmo sendo maioria do eleitorado. É o que mostra um estudo da consultoria Arko Advice com base em dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Segundo a jurista e membro das Comissões de Direito Administrativo e Eleitoral da OAB/DF Marilda de Paula Silveira, a representatividade feminina direta na política continua incongruente, principalmente quando se pensa que as mulheres têm dominado as esferas universitárias. “O reconhecimento constitucional e legal da igualdade entre homens e mulheres não foi suficiente para assegurar que elas ocupassem o mesmo espaço que os homens na representação democrática”, afirma Silveira.

Os registros do TSE mostram que, de um total de 28.596 candidatos nas eleições deste ano, 9.558 são mulheres, o que representa apenas 33% do total de políticos na disputa. O número é um novo recorde, considerando que em 2018 eram 9.204 mulheres, ou 32% do total de candidaturas. Em 2014, eram 8.123 nomes femininos na disputa, 31% do total. Considerando os valores proporcionais, porém, o avanço é muito tímido, com um aumento de apenas um pouco percentual na representatividade, a cada eleição majoritária de 2014 para cá. As mulheres compõem 53% do eleitorado, segundo o TSE.

Após quatro anos da definição da cota de 30% do fundo eleitoral para candidaturas femininas, as eleições de 2022 terão a presença de mulheres em 52% das chapas que irão disputar os governos estaduais. Porém, grande parte delas estará na posição de vice, e não como líder. Segundo dados levantados pela Arko Advice, em



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Participação feminina nas últimas eleições

2014	8.123 mulheres	entre 26.161 candidatos	31% do total
2018	9.204 mulheres	entre 29.085 candidatos	32% do total
2022	9.558 mulheres	entre 28.596 candidatos	33% do total

Em 2022, concorrem:

4 mulheres	a presidente da República, de 12 candidatos	33% do total
5 mulheres	a vice-presidente da República, de 12 candidatos	41% do total
38 mulheres	a governadora, de 233 candidatos	17% do total
89 mulheres	para vice-governadora, de 228 candidatos	39% do total
3.543 mulheres	para deputada federal, de 10.386 candidatos	34% do total
53 mulheres	para senadora, de 235 candidatos	22% do total
5.330 mulheres	para deputada estadual, de 16.429 candidatos	32% do total

2014 eram 14 candidatas a vice-governadora, 25% do total, enquanto neste ano são 89, representando 40%.

Na disputa ao Planalto, as candidaturas refletem o cenário geral, com quatro mulheres na disputa, representando um terço do total. São elas: Soraya Thronicke (União Brasil), Simone Tebet (MDB), Sofia Manzano (PCB) e Vera Lúcia (PSTU).

Segundo plano

A análise das candidaturas a vice deixa claro o quanto ainda é preciso avançar para que

as mulheres tenham maior representação na disputa política. Das 223 chapas cadastradas para os governos estaduais, apenas 17,5% são lideradas por mulheres, enquanto 39% as têm como vice.

O crescimento de chapas com vices femininas vem na esteira da cota de 30% do fundo eleitoral destinada a mulheres, sendo percebida ainda em 2018, primeiro ano em que vigorava a lei. Na prática, candidatos homens deixam mulheres em segundo plano para abocanhar uma parcela maior do fundo. As eleições de 2022 receberão R\$ 4,9 bilhões para gastos com campanhas em todo país.

A cientista política pela Universidade de Brasília (UnB) Camila Santos explica que, como o machismo estrutural ainda domina a sociedade, as mulheres que ingressam na política sofrem por estarem nas sombras de homens, líderes de partidos, marido ou companheiros de chapa.

“Mas é justamente pelo fato de que os partidos não reconhecem as mulheres como candidatas competitivas. Os líderes não veem motivos para investir nelas. Por isso, na hora do recrutamento partidário, as mulheres têm dificuldade de adentrar esse espaço”, esclarece a cientista.

Por sua vez, a jurista Marilda de Paula Silveira destaca que os mecanismos para estimular a participação feminina foram criados pelos homens que dominam os espaços políticos, o que prejudica sua eficácia. “Como quem ocupa posição de poder não quer sair e as regras são definidas por quem lá está, o ciclo de desequiparação nunca será interrompido, a não ser por uma decisão externa”, explica.

Barreira para entrar

Além de a política ser composta, de forma majoritária, por homens, ainda há outras



“O reconhecimento constitucional e legal da igualdade entre homens e mulheres não foi suficiente para assegurar a elas o mesmo espaço na representação democrática”

Marilda de Paula, membro da Comissão de Direito Eleitoral da OAB/DF

questões que contribuem para a defasagem na participação feminina. A cientista política e autora do livro “Faça você mesma: guia completo da mulher na política”, Daniela Rabello, explica que as mulheres não recebem nenhum tipo de treinamento para ingressar no meio. “Teoricamente os partidos teriam quatro anos de formação dessas mulheres, mas isso não é feito como deveria”, diz Rabello.

A cientista política observa que mulheres que nunca participaram de um processo eleitoral não sabem como é feito o marketing político, como devem se comportar nas redes, falar em público, em um debate, ou como aparecer na mídia. Além disso, como o meio é historicamente dominado por homens, há pouquíssimos exemplos para servir como referência.

Uma exceção a essa regra, aponta, é a deputada federal Tabata Amaral (PSB-SP), que foi treinada durante meses em saúde, educação, gestão pública, economia e liderança, com o objetivo de chegar ao Congresso. “As mulheres querem estar na política. O problema é que, muitas vezes, elas não estão aptas nem treinadas para isso”, pontua a cientista política.

*Estagiárias sob a supervisão de Odail Figueiredo



Elas têm imagens positivas e negativas em diferentes grupos, mas não importam muito na hora do voto. O protagonismo seria maior se elas fossem as candidatas”

Felipe Nunes, cientista político

Primeiras-damas ampliam papel na campanha

» TAINÁ ANDRADE

Um elemento em comum, neste ano, nas campanhas dos candidatos ao Palácio do Planalto tem movimentado a disputa além dos próprios personagens: as primeiras-damas. Michelle Bolsonaro inaugurou uma nova função ao cargo de esposa de um presidente. Lugar de destaque na tentativa de reeleição de Jair Bolsonaro (PL), ela tem mostrado que uma primeira-dama pode participar da articulação política, principalmente na busca por conquistar parcelas do eleitorado.

A responsabilidade de Michelle na campanha é diminuir a dificuldade de seu marido em se aproximar do eleitorado feminino — que representa 53% do total, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Ao fazer isso, acaba levando os adversários a se movimentarem na mesma direção. Tanto o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT),

quanto Ciro Gomes (PDT) têm feito uso das figuras femininas que estão ao seu lado, Janja e Giselle Bezerra, respectivamente, em suas estratégias. A assessoria de Ciro informa que Gisele participa desde setembro do ano passado, e foi “a primeira a entrar em campanha”.

A pesquisa Genial/Quaest, divulgada na última sexta-feira, analisou de forma inédita a influência das esposas dos dois candidatos da polarização — Bolsonaro e Lula — e constatou que 57% da população conhece a atual primeira-dama. Nesse grupo, 60% fazem uma imagem positiva dela. Segundo a pesquisa, ela é mais conhecida do que a esposa de Lula, Janja, e tem menos rejeição.

A diferença entre as duas ocorre na análise dos grupos religiosos. “Michelle parece mesmo ser um ótimo cabo eleitoral de Bolsonaro entre os evangélicos, tem 80% de imagem positiva nesse público,

no qual Janja não faz tanto sucesso assim. Entre os católicos, a história é diferente. Janja tem 57% de imagem positiva e apenas 19% de rejeição nesse grupo, enquanto Michelle agrada 44% e desagrada 31%”, detalhou Felipe Nunes, cientista político e diretor da pesquisa.

A analista política da Prospectiva Consultoria, Aline Contar, destaca que a participação das esposas não é apenas figurativa. “Esse perfil de primeira-damismo tem sido mais trabalhado principalmente pelo cunho religioso que tem se desenhado no debate atual. Os dois candidatos têm tentado conquistar votos desse público. O papel e a discussão sociológica das mulheres na política também é um dos fatores para esse advento do primeiro-damismo”, explicou. Contar destaca, porém, que Janja já era militante, mas Michelle foi puxada para o papel.

Apesar da popularidade nos diferentes eleitorados, a pesquisa

mostra que as primeiras-damas não revertem votos como esperado. Uma alta porcentagem, 77% dos eleitores, dizem que a Michelle não influencia a decisão do voto e 81% alegam que Janja não muda a sua opinião.

“Elas têm imagens positivas e negativas em diferentes grupos, mas não importam muito na hora do voto. Acho que o protagonismo seria maior se elas fossem as candidatas, não quando são ‘usadas’ como ferramenta para tentar conectar os seus maridos com o eleitorado”, esclarece Nunes.

Na visão do analista político André César, da Hold Assessoria Legislativa, Michelle Bolsonaro tem limitações e não parece ser capaz de anular uma parcela maior do voto feminino. “A mulher padrão olha para ela e não se vê representada. A partir da religião, já se tem um corte, depois há uma série de restrições das mulheres ao Bolsonaro que acabam

desaguando nela”, diz o analista.

Por outro lado, Janja tem uma formação intelectual e cultural mais forte, mas é menos conhecida. “Ela tem que construir, subir escadas. Talvez seja um ativo importante para ela, porque pode trabalhar de maneira mais discreta nesse dia a dia da disputa”, observa André César.

O crescente papel das primeiras-damas é um sinal do aumento da participação feminina na política, mesmo que em um ritmo muito lento. Para Carolina Venuto, presidente da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig), “ter mulher em um palanque, um espaço que é genuinamente masculino, é sempre positivo. Toda mensagem colabora para uma mudança social, e a gente, que estuda movimento feminino, sabe que tem mulher que quando não vê, não consegue ser”. (Com Mariana Albuquerque*)